



DISCIPLINA: Tópicos Avançados em Direitos Humanos

Pensamento Crítico Latino-Americano: superação dos vazios analíticos que contribuem à despolitização dos direitos humanos.

CÓDIGO: DH 916

PROFESSORA: Margarita Neves

CARGA HORÁRIA: 60 h/a – 04 créditos

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Direitos Humanos

1. EMENTA

Esta disciplina eletiva aborda questões temáticas referentes à ciência política e aos estudos urbanos, à colonialidade do poder e do saber. Promove a leitura de textos em língua espanhola de autores latino-americanos que propiciam uma reflexão dos impactos da herança colonial na acentuação da desigualdade social no continente. Extrativismo econômico e colonialismo interno se destacam enquanto sistemas estruturais que perpetuam a colonialidade mesmo após 200 anos do fim do colonialismo.

2. OBJETIVOS

1. GERAL

Enfatizar a formação transdisciplinar dos discentes em direitos humanos com o objetivo de superar o hiato analítico entre os campos científicos responsáveis pela discussão ampliada dos fenômenos sociais cuja complexidade transcende o conteúdo específico de um determinado saber.

2. ESPECÍFICOS

Analisar o populismo democrático em regimes eleitorais inerciais, a negação do direito à cidade na periferia urbana e a despolitização dos direitos humanos à luz das contribuições do pensamento crítico latino-americano no período da modernidade colonial, e por extensão, no imperialismo europeu no continente asiático e africano.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Populismo democrático no contexto de regimes eleitorais inerciais

- Lógicas discursivas, ruptura da ordem institucional, polarização política;
- Desconfiança, apatia e desinteresse de parte da sociedade civil;
- Precarização da condição de cidadania, da construção de um coletivo, práticas de distanciamento da sociedade do poder público: burocracia e autoritarismo;
- Apagamento do político e do antagonismo frente ao consenso no cotidiano submetido à norma disciplinar, esgotamento da crítica enquanto valor estético;
- A política enquanto instância de organização da existência humana, herança da colonialidade do poder;
- Cinismo e negacionismo enquanto condutas que subvertem os princípios normativos e desestabilizam as identidades culturais, ordem baseada na contradição.

Periferia urbana, controle da população no território e a negação do direito à cidade

- Espoliação e segregação urbana, despolitização das políticas públicas e dos direitos sociais;
- Desigualdade social acentuada pelos conflitos étnicos, de classe e de gênero, forças de ameaça e de extermínio que garantem um regime de exceção;
- Acumulação do excedente produzido pela exploração da força de trabalho de precária qualificação e administrado pelas relações hegemônicas de poder;
- Força policial atuando em regime de aniquilamento seletivo do contingente de excluídos entendidos como subversivos, acentuando o conflito na periferia urbana;
- Periferização do espaço de circulação das redes criminais que atuam na ilegalidade, reconstituição permanente dos espaços de segregação: *gentrification*;
- Direito à cidade como resposta reivindicatória a este quadro de espoliação urbana e de violência institucional.

Despolitização dos direitos humanos

- Abordagem policial/governamental dos direitos humanos fundamentada na judicialização e no esvaziamento do conteúdo político;
- Terceirização das políticas públicas em um contexto de coexistência de um campo paradoxal de promoção da igualdade jurídica e a desigualdade social;
- Administração empresarial do modelo de gerencialismo público fundamentado nos mecanismos de eficiência, eficácia e efetividade;
- O Direito enquanto promotor da desigualdade de acesso aos direitos sociais, relativização do conceito de justiça social;
- Abandono do conceito de dignidade dos direitos humanos que despolitizados se fortalecem no campo da ética e da moral;
- O vazio analítico da universalidade dos direitos humanos, manutenção do status de sujeito detentor de direitos, hegemonia e poder do Estado Democrático de Direito.

Pensamento crítico latino-americano

- Genocídio cultural no continente americano na era colonial, a invenção da raça para exploração do trabalho indígena e afrodescendente, colonialidade do imaginário na esfera do poder e do saber, o extrativismo econômico e o colonialismo interno enquanto sistemas estruturais do período pós colonial;
- Reconhecimento das minorias subalternas invisibilizadas pela intolerância às indiferenças;
- Princípio da paridade participativa que promove a equidade na representação política e a garantia de justiça social;



- As fraturas identitárias geradas pela discriminação etnocultural, a necropolítica, o orientalismo e a biopolítica tendências do estruturalismo e do imperialismo;
- Resgate da ação política pelo reconhecimento dos esforços de consideração do político fortalecidos pela dignidade da pessoa humana;
- Concepção integral dos direitos humanos que supere as dicotomias entre as diversas categorias enunciadas na Declaração Universal de 1948: direito à integridade corporal; direito à satisfação das necessidades individuais e coletivas; direito ao reconhecimento das identidades culturais.

4. METODOLOGIA ADOTADA

Aulas interativas onde o aluno debate os textos de leitura referentes a cada item do conteúdo programático. Eventual abordagem de textos de cunho político e econômico de jornais internacionais em língua espanhola que propiciem subsídios às questões teóricas discutidas.

5. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Avaliação final escrita, nela o aluno deverá fundamentar qual foi a contribuição que a disciplina propiciou, em termos de aportes teóricos ao seu projeto de pesquisa. É obrigatória a participação do aluno nos debates de cada um dos temas apresentados durante a disciplina, este requisito pondera o conceito de desempenho atribuído ao discente.

6. BIBLIOGRAFIA textos PDF enviados sistematicamente ao e-mail de cada um dos alunos para leitura e debate nas aulas semanais.

Recife; fevereiro de 2021